

Curitiba e o novo arranjo metropolitano brasileiro

*Darcy Marzulo Ribeiro**

Os investimentos que estão direcionando-se para o Paraná nos últimos anos levam a uma forma particular de divisão territorial do trabalho. Se o interior do Estado recebe um volume razoável de investimentos, principalmente nos setores agroindustriais modernos, a Região Metropolitana de Curitiba se define como local de implantação de empreendimentos típicos das indústrias de ponta, como o setor automotivo. Isso leva à necessidade de se pensarem algumas modificações que estão redefinindo a posição de Curitiba entre as metrópoles brasileiras, partindo para uma forma de integração metropolitana como correlato territorial da integração econômico-industrial.

Este artigo trata da existência de um sistema metropolitano composto de um núcleo formado por um espaço sócio-técnico¹ relativamente homogêneo, representado pelas áreas metropolitanas do Rio de Janeiro (Grande Rio) e suas imediações, de São Paulo (Grande São Paulo) e sua imediações, e do Vale do

¹ Refere-se aqui às interações entre "pautas de comportamento", orientadas por um conjunto mais ou menos coerente de normas e valores, e o padrão tecnológico e organizativo, bastante formalizado, das atividades econômicas que predominam numa determinada porção do território, com intensidade e características capazes de definir essa área como um evento singular, mesmo que os fatores dessa interação tenham grande difusão espacial.

* Sociólogo, mestrando em Sociologia, pesquisador do IparDES.

Parafba. Nesse núcleo, a região urbana de São Paulo exerce um papel central.

Além desse núcleo existem as metrópoles periféricas e as metrópoles regionais.² Pretende-se demonstrar que Curitiba pertence ao conjunto das metrópoles periféricas.

O núcleo do sistema metropolitano deve referir-se a uma configuração específica de metrópoles, em que predominem certos padrões de relacionamento e de interações, que se diferenciam de todos os outros estabelecidos com outras metrópoles que não compõem esta configuração. Já, as metrópoles periféricas são aquelas que, além da função polarizadora que exercem em sua área de influência, mantêm com o núcleo do sistema metropolitano um padrão de relacionamento que as distingue de todas as outras metrópoles que não se encontram nessa condição. Finalmente, as metrópoles regionais são as configurações espaciais com uma função polarizadora regional que se sobrepõe ao padrão de relacionamento com o núcleo do sistema metropolitano e com as demais metrópoles regionais. Estas se definem cada vez mais como centros comerciais e de serviços. Tal conceituação parece confrontar-se com as idéias geralmente aceitas a respeito das modificações que estariam surgindo nas redes urbanas e nos sistemas de polarização, como consequência do surgimento de um sistema urbano mundial.

Esse contexto totalmente novo foi criado, de um lado, pela longa elaboração histórica, que é a chamada *civilização ocidental*, e, de outro, pela revolução tecnológica associada à informatização, que oferece o suporte técnico da globalização (GEIGER, 1995, p.24). É a combinação dessas forças que “caracteriza o *core* formado pela Europa Ocidental e Central e pela América do Norte” que, reforçando-se mutuamente, impulsionam “a globalização e a difusão dos valores desta civilização, numa escala mundial”, (p.24) estruturando o sistema da cidade mundial. Entre os vários aspectos que caracterizam a cidade mundial, destaca-se a “elevada intensidade no uso de altas tecnologias, elevada mobilidade de informações e de pessoas, incrementando, simultaneamente, a homogeneização e distribuição da diversidade por todo o mundo.”(p.28)

O termo metrópole expressa a idéia de uma forma espacial associada a determinada fase do desenvolvimento das sociedades industriais, em que o crescimento das cidades levou à formação de grandes regiões urbanas. Um dos exemplos clássicos desse evento é o conjunto urbano da costa nordeste

² As metrópoles, como foi estabelecido para aquelas configurações urbano-regionais, foram definidas pela Lei Complementar nº 14/73, que criou as regiões metropolitanas. GALVÃO, nos estudos preliminares para identificar áreas e regiões metropolitanas, definiu metrópole como uma grande cidade em termos populacionais e dadas as funções urbanas diversificadas e especializadas (1969, p. 55). A pesquisa desenvolvida para estabelecer áreas especiais para alguns levantamentos do Censo de 1970, com o objetivo de delimitar áreas metropolitanas, recorreu a critérios demográficos, como população na cidade central de pelo menos 400 mil habitantes, além de uma densidade no distrito central de 500 habitantes/km² ou mais e, nos municípios vizinhos, de pelo menos 60 habitantes/km². Ao lado dos critérios demográficos, foram utilizados alguns de natureza estrutural – entre os quais a existência de pelo menos 10% da população economicamente ativa ocupada em atividades industriais – e, por último, critérios de integração, em que os municípios eram incluídos na pesquisa desde que pelo menos 10% da população se deslocasse diariamente em viagens intermunicipais para o município em que se localizava a cidade central ou para outros municípios da área (GALVÃO, 1969, p.60-61).

dos Estados Unidos em que ocorre o que HAUSER (1976) denominou coalescência urbana.³ A metrópole tem sido analisada como expressando um quadro social e econômico em que a divisão social e técnica do trabalho atingiu uma complexidade extremamente elevada. As funções relacionadas às atividades econômicas foram diferenciadas de tal forma que o processo de trabalho, com suas tarefas parciais, não ocupa o mesmo local onde se desenvolvem as funções de direção, planejamento e pesquisa e desenvolvimento. Cada uma dessas funções não apenas se separa tecnicamente das outras, adquirindo relativa autonomia, como também se distancia geograficamente.

Além disso, diferentes capitais, atuando em distintos setores e ramos da economia, formam, mediante várias modalidades de associação, grupos ou conglomerados nos quais o aspecto puramente financeiro se autonomiza em relação aos demais, separando-se inclusive geograficamente. A metrópole seria, então, a forma espacial que expressa a divisão do trabalho entre as funções produtivas, administrativas e de investigação e desenvolvimento, que se separaram funcional e fisicamente, estabelecendo a fragmentação espacial, em virtude das facilidades propiciadas pelo desenvolvimento da infra-estrutura de transporte e comunicação.⁴

METRÓPOLE E GLOBALIZAÇÃO

Alguns aspectos mais recentes do fenômeno da metropolização devem ser analisados do ponto de vista da emergência de um novo padrão de regulação ligado à globalização e à sua base tecnológica, denominado flexibilização. Esta vem a ser uma revolução tecnológica associada à eliminação da rigidez que caracteriza o paradigma taylorista-fordista, marcado pela grande concentração da produção, cujo componente territorial eram as grandes aglomerações urbanas.

Existem fortes indícios de que essas mudanças tecnológicas no sentido da flexibilidade estejam repercutindo na distribuição das atividades no espaço. No caso dos Estados Unidos, ao longo das três últimas décadas, a produção industrial transferiu-se das antigas áreas produtivas do nordeste para o sul e o oeste. Além disso, o modelo de organização do tipo *just in time*, graças à tecnologia de informação, permite trabalhar com estoques mínimos, devido ao fluxo permanente de entregas de componentes e matérias-primas e aos rápidos ajustes sobre alterações de pedidos. Tal sistema repercutiu nitidamente na organização do

³ HAUSER (1976), na clássica introdução à coletânea *Estudos sobre a Urbanização*, utilizou esse termo para definir os complexos formados pelas áreas metropolitanas da Costa Atlântica daquele país, de Boston a Washington.

⁴ LOJKINE (1981) já falava de uma autonomização do capital que se associa a novas formas produtivas do estágio do *soft* e do *hardware*, da eletrônica e das telecomunicações. Essa autonomização das empresas do grupo monopolista conjugava-se a uma armação urbana que lhe correspondia, composta de uma rede de cidades médias, metrópoles provinciais, nacionais e internacionais. Por sua vez, CASTELLS (1979) identificava três centros nas cidades industriais: o centro histórico monumental, o centro de negócios e os lugares de ócio. Na metrópole ou regiões urbanas, os três centros se separam, correspondendo à crescente autonomia do mundo do funcionamento, da comunicação e do desenvolvimento.

território, pois supõe um “sítio” adequado em que as empresas possam localizar-se. Ou seja, há forte tendência à aglomeração em torno da planta terminal (TAVARES, 1991, p.91).

Esta problemática absolutamente nova na organização do território pode ser observada nas aglomerações industriais, como Vale do Silício, na Califórnia, a Rota 128, rodovia federal de Boston, ou ainda Austin, capital do Texas. Nessas regiões, desenvolvem-se indústrias de alta tecnologia (*high-tech*), ligadas à informática, semi-condutores e desenvolvimento de *software*, tendo como centro uma grande corporação industrial ou um conjunto delas. São aglomerados industriais vinculados, na maioria das vezes, à existência de universidades, centros oficiais ou privados de pesquisa, e à presença de agentes financeiros. No caso do Vale do Silício, houve a confluência da presença nas proximidades de duas grandes universidades (Stanford e Berkeley), do Centro de Pesquisa Palo Alto, da Xerox e, finalmente, desenvolveram-se ali algumas formas muito particulares de atuação do capital de risco (MICKLETHWAIT, 1997a e b).

Essas grandes mudanças estão associadas à transição para um novo modelo de desenvolvimento, que deve incluir nova forma de organização do trabalho (paradigma industrial), uma estrutura macroeconômica (o regime de acumulação) normas implícitas e regras institucionais aceitas (modo de regulação) (GATTO, 1991, p.77).

O paradigma industrial do modelo de desenvolvimento fordista-taylorista centrava-se na empresa manufatureira em torno da qual articulavam-se empresas medianas, tendo como posição central a indústria metal-mecânica. No plano organizativo, predominava a divisão de tarefas, com separação funcional e física das funções produtivas, administrativas e de pesquisa e desenvolvimento. Com a consolidação das grandes indústrias desse modelo de desenvolvimento, havia a tendência concentradora no plano territorial (GATTO, 1991, p.58-59).

O novo paradigma, que emerge da crise do modelo fordista-taylorista, caracteriza-se pela incorporação de crescentes conteúdos de informação pelo núcleo tecnológico dominante, assentando-se no maior grau de flexibilidade do produto, de volumes, desenhos, rotinas produtivas, bens de capital, processo de trabalho, etc. Nesse novo contexto, o núcleo dinâmico da acumulação desloca-se do setor metal-mecânico, e de material de transportes, para uma variada gama de setores, como o de novos materiais, eletrônica, computação, engenharia genética, biotecnologia, telecomunicações, medicamentos de base biológica, entre outros (GATTO, 1991, p.58-61).

Essas mudanças têm sido implantadas em maior medida pelas grandes corporações, porém dois aspectos relevantes devem ser considerados sobre este ponto de vista. De um lado, o desenvolvimento horizontal das grandes corporações e, de outro, o ingresso de novas empresas, principalmente nas etapas iniciais de cada nova atividade.

Conseqüentemente, o desenvolvimento horizontal não acarreta a formação de grandes corporações, mas sua expansão se dá mediante a incorporação de firmas menores pelas grandes empresas. No Vale do Silício, o gigante californiano Hewlett-Packard, de acordo com reportagem de MICKLETHWAIT publicada na Gazeta Mercantil, tem encarado as novas empresas como um investimento potencial, e não como uma potencial dívida em liquidação (MICKLETHWAIT, 1997b, p.A-16). A empresa Marimba, que atua na produção de *softwares*, tem como seu principal financiador um fundo de 100 milhões de dólares, formado pela Kleiner Perkins Caufield & Byers, que, por sua vez, tem como um dos parceiros empresariais a IBM (MICKLETHWAIT, 1997c, p.A-20). A Kleiner Perkins é uma das grandes empresas de capital de risco atuando no Vale e investiu cerca de 1 bilhão de dólares no apoio à abertura de 250 empresas que, em 1995, registravam receitas de US\$ 44 bilhões e valem hoje US\$ 85 bilhões (MICKLETHWAIT, 1997a, p.A-16).

A Microsoft, por sua vez, comprou ou obteve participação de US\$ 750 milhões, em pequenas empresas que operam com a Internet, enquanto a Cisco Systems, que comprou ou investiu em 25 empresas nos três últimos anos, pretende fazer pelo menos mais uma dúzia dessas operações. A IBM, em 1996, adquiriu por US\$ 743 milhões a Tivoli, uma das empresas mais promissoras na área de *software*, funcionando em Austin, Texas. Este valor reflete tanto o dinheiro quanto o tempo que a IBM teria que gastar para fazer a sua própria pesquisa e desenvolvimento, que a Tivoli já havia feito (MICKLETHWAIT, 1997a, p.A-16).

A resposta a situações de mercado saturado de forma flexível levou à necessidade de mudanças na tecnologia dos equipamentos e na organização e gestão. Essas mudanças, por sua vez, provocaram transformações nas áreas centrais de funcionamento das firmas, mediante o reagrupamento das funções principais (desenho, P&D, administração e gestão, produção) num sistema interconectado, permitindo a difusão da microeletrônica e a reorganização do processo produtivo, com novas demandas de equipamento e redesenho do *layout* de fábrica e também dos processos de trabalho.

A flexibilização pode acarretar dois efeitos distintos do ponto de vista da distribuição territorial. Crescendo determinadas exigências de concentração surgem formas específicas de aglomerações – como os casos criados pela aplicação muito estrita do *just in time/totally quality control* –, ou a desintegração vertical em pequenas e médias empresas interconectadas técnica e comercialmente (GATTO, 1991, p.71). Concomitantemente, as possibilidades de dispersão territorial podem dar lugar a uma nova divisão regional do trabalho – como nos casos de desindustrialização de velhas áreas industriais fordistas, que perderam suas vantagens relativas obtidas no paradigma anterior – ou, ainda, ao aprofundamento de esquemas “neotayloristas”, de fragmentação espacial de funções, que passam a ser articuladas pela moderna infra-estrutura de comunicações (GATTO, 1991, p.71).

Entende-se globalização como sendo o “resultado da multiplicação da intensificação das relações que se estabelecem entre agentes econômicos situados nos mais diferentes pontos do espaço mundial [constituindo um processo] que, para avançar, requer a abertura dos mercados nacionais e, tanto quanto possível, a supressão das fronteiras que separam os países uns dos outros.” (MARTINS, 1996, p.1). Para se entender a natureza das mudanças ocorridas e que levaram à globalização, deve-se ter presente três fatores: em primeiro lugar, a “expansão das grandes empresas que, a partir de uma base nacional, implantaram filiais no exterior, obedecendo a modelos organizacionais e estratégias competitivas concebidas em escala mundial.” (MARTINS, 1996, p.6). O segundo fator consiste no peso que a ciência e a tecnologia passaram a ter como forças produtivas de crucial importância. E, em terceiro lugar, como a característica mais marcante e definidora da globalização, a monumental massa de recursos financeiros “concentrados nas mãos de bancos centrais, grandes bancos internacionais, fundos de investimentos, companhias de seguro, corporações multinacionais, fundos de pensão e proprietários de grandes fortunas”, o que constitui a chamada “macroestrutura financeira” (MARTINS, 1996, p.7).

Ao se referir à flexibilização, quer como a base técnica da globalização quer como uma revolução tecnológica de âmbito mundial, há que se relativizar a análise no caso específico do Brasil. A ênfase generalizada “na produção flexível, que busca atender requisitos de qualidade por parte de clientes específicos, soa como proposta fora de lugar”, pois aqui o consumo de massa

ainda não foi atingido de forma a exigir o “desenvolvimento de firmas tecnologicamente dinâmicas (atendendo) mercados cada vez menores e específicos.” (PIQUET, 1991, p.41).

METRÓPOLE E PERIFERIAS

A definição do conceito de metrópole, como forma que espacializa uma avançada divisão social do trabalho e, por extensão, as funções típicas da cidade nas sociedades industriais, também se choca com a existência, no Brasil, de metrópoles em regiões que não podem ser propriamente definidas como industriais, seja do ponto de vista da regulação fordista ou de qualquer outro que venha substituí-lo. Em vista disto, considera-se que a idéia de metrópole aqui utilizada aproxima-se de uma tipologia⁵, à qual se associa a idéia de um *continuum*⁶ que expressa diferentes níveis de complexidade urbana. Em alguns casos-limites, o fenômeno nada mais significa que a denominação errada para o extravasamento populacional dos municípios maiores para áreas limítrofes de municípios próximos, configurando-se no que, tradicionalmente, tem sido considerado como *periferização*⁷.

A cidade é a soma e a justaposição de seus elementos constitutivos que se referem aos diversos usos a que ela deve se submeter enquanto resultado da construção/reconstrução do espaço físico. Aparece, então, como uma divisão funcional, que se materializa em manufaturados físicos, produtos que tornam possíveis aquelas funções (FOLIN, 1977, p.124) que foram singularizadas mediante seu isolamento em habitação, lugares públicos, vias, parques, etc.

Morar, trabalhar, circular e usufruir apresentam-se como funções que expressam usos associados à materialidade das cidades⁸, e, no caso particular da *periferização*, o morar restringe-se a habitar uma unidade urbana, submetida a um sistema jurídico administrativo, na qual não se trabalha e nem se usufrui. Há uma diferenciação funcional determinada pela existência de um segmento populacional que não consegue ter acesso a lotes urbanos e moradias nas áreas mais equipadas, ocupando espaços destituídos de qualquer infra-estrutura, quando não absolutamente inadequados ao uso residencial. Assim, o processo de *periferização/metropolização* assume características de distribuição espacial da miséria. O *continuum* em que se situam as metrópoles combinam essas duas facetas, com maior ou menor predomínio de uma ou de outra, ou mesmo com uma combinação equilibrada das duas.

⁵ Tipologia e taxonomia apresentam semelhanças. Enquanto a primeira específica, integrando elementos discretos em uma unidade coerente, a segunda classifica, integrando séries discretas numa ordem contínua. A tipologia não pode ser assimilada a uma teoria, e sua construção corre o risco de possuir um caráter arbitrário se não garantir sua fidelidade prévia a um sistema teórico (BRUYNE et al., 1977). Podem-se supor dois modos de construção de tipologias. Um, a priori, considera um certo número de critérios e em seguida supõe todas as combinações possíveis desses critérios, sendo que as empiricamente observadas definem os tipos que são rotulados. O método de construção a posteriori procura distinguir tipos dentro de um objeto investigado, como, por exemplo, tipos dentro de uma população pesquisada, organizando-a segundo alguns padrões, de tal forma que a variabilidade dentro de um padrão é sempre menor que a existente entre os diferentes padrões ou no conjunto da população. As tipologias podem ser interpretadas em termos probabilistas. Assim, o problema da construção de classificações e tipologias propiciou a elaboração de “um conjunto de técnicas a que se dá o nome genérico de análise fatorial.” (BOUDON e BOURRICAUD, 1993, p.569).

⁶ BOUDON e BOURRICAUD incluem entre as tipologias clássicas da sociologia as oposições: sociedade de folk/sociedades urbanas; civilizações apolíneas/civilizações dionisíacas; solidariedade orgânica/solidariedade mecânica; e comunidade/sociedade (1993, p. 565-566). Em tais oposições um “pólo” inclui um conjunto de caracteres que o outro não contém.

Para demonstrar a idéia que orienta este artigo, foram adotados quatro procedimentos, que permitem traduzir os conceitos de núcleo do sistema metropolitano brasileiro, metrópoles periféricas e metrópoles regionais em algumas proposições passíveis de verificação. O primeiro desses procedimentos procura verificar qual o padrão predominante de interações entre as metrópoles, que permite diferenciá-las, de tal forma que as interações dentro do núcleo e entre este e as metrópoles periféricas sejam diferentes daquelas existentes entre o núcleo e as metrópoles regionais ou entre qualquer uma das outras formas espaciais existentes. Essa diferenciação, deve manifestar-se em dois planos distintos: o primeiro refere-se às interações entre os dois pólos do núcleo do sistema metropolitano; o segundo, às interações entre as metrópoles periféricas e qualquer um dos pólos do núcleo. O meio utilizado para traduzir esses padrões de interação foi a análise dos fluxos de passageiros por via aérea entre todas as cidades-pólo das regiões metropolitanas definidas pela Lei Complementar n.º 14, de 1973, acrescidas de algumas capitais do Norte/Nordeste e Centro-Oeste, assim como Brasília e Vitória.

Além desse procedimento, há outro, que se assenta na idéia de que o setor industrial dessas áreas deve caracterizar-se pela presença predominante de indústrias mais avançadas do ponto de vista tecnológico e da alta densidade das relações interindustriais. O pressuposto básico é de que no sistema metropolitano devem predominar cada vez mais as indústrias tecnológicas – representadas pelos setores metal-mecânico, de eletroeletrônica, química fina, entre outros, cujo desenvolvimento está associado à existência de grandes centros de investigação – em oposição às indústrias de bens intermediários, muito vinculadas à disponibilidade de recursos naturais, entre eles os recursos energéticos. O segundo procedimento aqui adotado trata da distribuição territorial das “indústrias tecnológicas” e do desenvolvimento da pesquisa, cujo indicador utilizado foi a distribuição dos dispêndios com bolsas de estudo para a pesquisa segundo as regiões e estados.

Como a problemática metropolitana está fortemente associada à relativa autonomia das funções financeiras e ao controle de ativos de empresas atuantes em diversas áreas de atividades, os grupos econômicos (entidades que atuam em mais de uma área de atividade e articulam mais de uma empresa) foram considerados um indicador razoável da metropolização. A

⁷ A emergência do interesse pelo assunto aconteceu durante os anos 1930-40, em decorrência das formas que assumia o processo de urbanização nos países anglo-saxônicos, especialmente nos Estados Unidos, onde se desenvolveram investigações sobre as franjas urbanas, definidas como a área situada entre os limites do campo e os limites externos da cidade. Esses estudos deram origem a várias linhas de investigação, entre as quais destacam-se o que BEZERRA et al. (1983, p.59-60) define como crescimento urbano e esterilização rural/valorização da terra periurbana e expansão urbana e descentralização de atividades e população (p.62). No terceiro mundo, ao contrário dos países saxônicos, ocorre a periferização de amplos setores de baixa renda, mostrando que “há uma diferença fundamental, quer consideremos o caso das cidades em países anglo-saxônicos ou em países do Terceiro Mundo. Sabe-se, com efeito, que a estrutura interna das cidades difere sobremaneira num caso e noutro: se, naqueles países, assistimos à periferização das camadas de média e alta renda, nos países subdesenvolvidos a predominância será a periferização de grupos de renda baixa (p.66).

⁸ FOLIN (1977), ao adotar esta conceituação de cidade como produto, conseguiu definir os planos diretores como mecanismos de ordenamento que regularizam a ação do capital imobiliário que é o agente privado que produz a cidade. Além disso, permitiu estabelecer uma distinção entre situações hipotéticas: uma de predomínio do capital imobiliário – de natureza eminentemente financeira, e de uma demanda altamente solvável, em que a expansão/reconstrução urbana vai desde a definição de usos para as tipologias construtivas, os sistemas de circulação até o parcelamento do solo – e o caso oposto, de predomínio da propriedade territorial, em que primeiro se parcela para depois definir o sistema de circulação. Neste caso, o uso é o resultado final; o vazio urbano, a forma típica de crescimento; as grandes periferias cinzentas e inacabadas, a paisagem urbana dos enormes acampamentos a que chamamos metrópole.

distribuição territorial desses grupos econômicos constitui o terceiro procedimento para demonstrar a idéia deste artigo.

Finalmente, foi analisado o aspecto demográfico das regiões em que se localizam esses complexos urbano-regionais, procurando analisar o peso dessas áreas nas populações urbanas dos respectivos estados e a taxa de crescimento demográfico das cidades-pólo e das imediações urbanizadas.

DELIMITAÇÃO DO SISTEMA

Matriz de Origem e Destino

A partir das informações sobre passageiros embarcados em viagens aéreas nos vôos domésticos, foi construída uma matriz de origem/destino referente à média de passageiros embarcados nos anos de 1993 a 1995. Pode-se observar que o número de passageiros embarcados nos vôos do eixo Rio-São Paulo (Ponte Aérea) não encontra correspondência com o verificado em qualquer outro par de cidades. Observa-se, também, que os centros das regiões Norte e Nordeste mantêm um tipo de relacionamento entre si que supera aquele que se estabelece com qualquer uma das cidades-pólo do núcleo do sistema metropolitano. De outro modo, as cidades de Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Vitória têm um relacionamento predominante com aquelas duas cidades-pólo, principalmente com o centro hegemônico do núcleo desse sistema, que é representado pela cidade de São Paulo (tabela 1).

TABELA 1 - MATRIZ DE ORIGEM/DESTINO DE PASSAGEIROS EMBARCADOS EM VÔOS DOMÉSTICOS ENTRE CIDADES BRASILEIRAS - 1993-1994

ORIGEM	DESTINO												TOTAL
	Belém	Belo Horizonte	Brasília	Curitiba	Fortaleza	Manaus	Porto Alegre	Recife	Rio de Janeiro	Salvador	São Paulo	Vitória	
Belém	-	-	61 731	-	21 757	57 128	-	12 175	33 086	3 221	21 943	-	211 041
Belo Horizonte	-	-	74 911	-	-	-	-	-	89 065	28 884	139 094	22 336	354 290
Brasília	54 970	74 494	-	19 345	58 191	67 936	27 089	60 057	234 753	73 354	214 567	-	884 755
Curitiba	-	-	16 635	-	-	-	45 715	-	62 412	-	193 676	-	318 438
Fortaleza	22 471	-	57 564	-	-	34 223	-	69 112	53 565	32 792	97 998	-	367 726
Manaus	52 710	-	74 828	-	33 230	-	-	8 133	35 663	-	70 479	-	275 043
Porto Alegre	-	-	21 178	45 509	-	-	-	-	107 851	302 758	-	-	477 296
Recife	10 009	-	50 087	-	69 538	7 153	-	-	88 006	76 444	132 183	-	433 421
Rio de Janeiro	33 304	88 106	240 143	57 126	51 641	31 246	110 842	88 715	-	148 289	1 039 334	87 040	1 975 788
Salvador	30 026	33 749	68 828	-	32 809	-	-	73 448	155 827	-	213 194	9 637	617 518
São Paulo	-	142 657	233 177	190 459	95 717	77 525	303 983	132 744	1 052 852	199 073	-	29 449	2 457 636
Vitória	-	26 497	-	-	-	-	-	89 506	7 805	7 805	34 693	-	158 501
TOTAL	203 491	365 502	899 082	312 438	362 885	275 212	487 628	444 384	2 002 586	872 620	2 157 161	148 462	8 531 452

FONTE: Anuário Estatístico dos Transportes 1996 - GEIPOT

Ao se introduzir na matriz outras cidades – que permitam organizá-la em grandes regiões geográficas –, observa-se o predomínio incontestável das relações das duas grandes cidades do sul, Curitiba e Porto Alegre, com as duas cidades-pólo do núcleo do sistema metropolitano (tabela 2). A intensidade do relacionamento de Curitiba e Porto Alegre com o núcleo do sistema metropolitano supera inclusive o relacionamento de Belo Horizonte com essas áreas. Isso permite concluir que entre as cidades do Sul e as cidades-pólo está surgindo uma relação que se expressa num padrão de interação que as distingue das demais metrópoles.

TABELA 2 - MATRIZ DE ORIGEM/DESTINO DE PASSAGEIROS EMBARCADOS EM VÔOS DOMÉSTICOS ENTRE CIDADES E REGIÕES⁽¹⁾ BRASILEIRAS - 1993-1994

ORIGEM	DESTINO															TOTAL
	Norte e Nordeste	Centro-Oeste	Sul	Belém	Belo Horiz.	Brasília	Curitiba	Fortaleza	Manaus	Porto Alegre	Recife	Rio de Janeiro	Salvador	São Paulo	Vitória	
Norte e Nordeste	21 951	13 993	-	96 437	-	73 442	-	77 110	81 420	-	121 286	85 659	107 268	92 039	-	770 605
Centro-Oeste	14 439	21 197	-	-	-	68 692	-	-	-	-	-	11 019	-	176 805	-	292 152
Sul	-	-	-	-	-	-	13 727	-	-	32 262	-	15 807	-	138 943	-	200 739
Belém	74 454	-	-	-	-	61 731	-	21 757	57 128	-	12 175	33 086	3 221	21 943	-	285 495
Belo Horizonte	-	-	-	-	-	74 911	-	-	-	-	-	89 065	28 884	139 094	22 336	354 290
Brasília	85 569	67 873	-	54 970	74 494	-	19 345	58 191	67 936	27 089	60 057	234 753	73 354	214 567	-	1 038 197
Curitiba	-	-	12 149	-	-	16 635	-	-	-	45 715	-	62 412	-	193 676	-	330 587
Fortaleza	79 652	-	-	-	22 471	-	57 564	-	-	34 223	-	69 112	53 565	32 792	97 998	447 378
Manaus	82 751	4 742	-	52 710	-	74 828	-	33 230	-	-	8 133	35 663	-	70 479	-	362 536
Porto Alegre	-	-	31 441	-	-	21 178	45 509	-	-	-	-	107 851	302 758	-	-	508 737
Recife	119 515	-	-	10 009	-	50 087	-	69 538	7 153	-	-	88 006	76 444	132 183	-	552 936
Rio de Janeiro	76 972	7 575	15 789	33 304	88 106	240 143	57 126	51 641	31 246	110 842	88 715	-	148 289	1 039 334	87 040	2 076 124
Salvador	84 970	-	-	30 026	33 749	68 828	-	32 809	-	-	73 448	155 827	-	213 194	9 637	702 489
São Paulo	93 112	225 253	182 212	-	142 657	233 177	190 459	95 717	77 525	303 983	132 744	1 052 852	199 073	-	29 449	2 958 213
Vitória	-	-	-	-	26 497	-	-	-	-	-	-	89 506	7 805	34 693	-	158 501
TOTAL	733 386	340 632	241 591	277 457	387 974	983 652	383 729	439 995	322 409	554 113	496 558	2 130 620	1 000 661	2 499 742	246 460	11 038 978

FONTE: Anuário Estatístico dos Transportes 1996 - GEI/DT

NOTA: Estimado de Anuário Estatístico de Transportes - 1996

⁽¹⁾ Os vôos das regiões excluem as cidades dessas regiões que constam da matriz.

Mobilidade Industrial

A desconcentração industrial no Brasil não significa que antigas regiões industriais dêem lugar a novas, em que predominam paradigmas técnicos e científicos inexistentes anteriormente PACHECO (1996). Ao contrário, novas ilhas de desenvolvimento industrial surgem no território, associadas a oportunidades de mercado impostas pela conjuntura internacional e ao ajuste exportador interno. Em seguida, tem-se a ótica de H. TORRES (1992), que classifica as indústrias em três categorias, ou seja, indústria de insumos básicos – fortemente dependente de recursos naturais, especialmente energéticos –, indústria tradicional e indústria tecnológica. Com base nessa classificação,

o autor analisa a desconcentração industrial, mostrando que, no período anterior à prolongada crise que caracterizou os anos 90, o processo de desconcentração industrial no Brasil se deu por meio da indústria intermediária, estreitamente associada ao ajuste exportador, recorrendo à competitividade assegurada pela disponibilidade interna de recursos naturais, especialmente energéticos. Por último, pesquisas conduzidas recentemente pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em associação com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), mostram certo predomínio de investimentos no setor de bens intermediários (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 1997). Essa discussão é fundamental, na medida em que o fenômeno metropolitano, por estar associado ao desenvolvimento da divisão do trabalho e ao avanço técnico, relaciona-se à presença da indústria tecnologicamente avançada. Na análise da distribuição espacial da indústria, adota-se como indicador que os setores metal-mecânico, eletro-eletrônico, de metalurgia de precisão e automotivo constituem a ponta do desenvolvimento. O fenômeno metropolitano deve ser associado portanto à presença dessas indústrias.

Haroldo TORRES (1992), por sua vez, aventa a hipótese de um “novo padrão industrial brasileiro”, configurado pelo II PND, que privilegiou a expansão das indústrias de bens intermediários (química, metalurgia, minerais não-metálicos e papel e celulose) para substituir importações e aumentar exportações.

Entre 1970 e 1985, a indústria brasileira apresentou significativa transformação no perfil setorial. O segmento de produtos intermediários⁹ se torna predominante em termos relativos já em 1980, sendo, ainda, o segmento de maior crescimento no período citado, pois correspondiam-lhe 29,9% do valor da transformação industrial (VTI) nacional em 1970, elevando-se para 36,7% em 1985, afirmando-se, então, como o grupo de indústrias de maior participação relativa no VTI, configurando aquilo que o autor denomina a emergência das indústrias sujas.¹⁰ Paralelamente, o setor tecnológico manteve sua participação relativa, e os produtos tradicionais foram os perdedores, tendo sua participação percentual reduzida de 40,88% do VTI, em 1970, para 33,38% em 1985 (TORRES, 1992, p.7).

Discutindo os padrões locacionais de cada um dos grupos industriais, TORRES (1992) mostra que os produtos intermediários não apresentam indicações de desconcentração até 1975, mas a partir dessa data São Paulo perde participação,

⁹ TORRES
agrega os gêneros industriais
em três categorias, com base
nos seguintes fatores:
peculiaridades do padrão
locacional de grupos
industriais, momento histórico
em que integram o processo de
substituição de importações,
sua importância para a
balança comercial do País e a
origem do capital (estatal,
privado nacional e
estrangeiro). A classificação
final dos gêneros segundo a
tipologia é a seguinte:
Produtos intermediários:
minerais não-metálicos,
metalurgia, papel e papelão e
química
Produtos tecnológicos:
mecânica, material elétrico e de
comunicações, material de
transporte, borracha,
farmacêuticos, perfumaria,
sabões e velas e plásticos
Indústria tradicional: madeira,
mobiliário, couros e peles,
têxteis, vestuários, alimentício,
bebidas, fumo e editorial e
gráfica (TORRES, 1992, p.6).

¹⁰ O autor analisa a
desconcentração industrial no
contexto da expansão da
“indústria suja”, pois lhe
interessa o significado
ambiental do crescimento
industrial estimulado
pelo II PND.

em virtude dos investimentos definidos no II PND, principalmente aqueles direcionados para o Pólo Petroquímico de Camaçari e também nos setores de papel e celulose e siderúrgico. A perda de cinco pontos percentuais de São Paulo deve, segundo o autor, ser creditada ao crescimento da região leste (Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia). O grupo das indústrias tecnológicas, por sua vez, se desconcentra entre 1970 e 1980, quando São Paulo perde oito pontos percentuais, deixando de desconcentrar-se a partir daí. As regiões que ganham participação relativa no gênero são o Sul, entre 1970 e 1975, e o Norte/Centro-Oeste (considerada uma unidade), entre 1975 e 1980. O autor credita o crescimento ocorrido nessa região principalmente à Zona Franca de Manaus, assinalando, porém, que esse grupo de indústrias – além de continuar sendo, de longe, o mais concentrado em São Paulo – é o que apresenta o menor grau de desconcentração a partir de 1975. O grupo de indústrias tradicionais é o mais desconcentrado e, ainda, aquele em que o processo de desconcentração se manifesta de forma mais acentuada. A Região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) é a que mais ganha espaço nesse grupo, passando de 17,95% para 25,84%. Essa expansão deve ser creditada ao segmento agroindustrial moderno, principalmente aos subprodutos da soja e da ave-suinocultura, e à expansão dos segmentos de têxteis e calçados.

Analisando os padrões locacionais das indústrias do ponto de vista das regiões selecionadas, o autor constata que a região leste apresenta, ao lado de significativo crescimento, forte tendência à especialização nos segmentos de indústrias intermediárias, que foi também o segmento industrial que mais cresceu no período analisado. O Rio de Janeiro (considerado uma região, da mesma forma que São Paulo) se mantém com seu processo de esvaziamento econômico, perdendo posição em todos os tipos de indústrias mencionadas, somando, em 15 anos, a perda de mais de seis pontos percentuais. São Paulo, a despeito da perda de participação, continua dominando o cenário industrial brasileiro, predominando em todos os tipos de indústrias e manifestando especialização no grupo das indústrias tecnológicas, contra a “tendência de especialização da região Leste nas indústrias intermediárias e da Sul nas tradicionais.” Esta região ganha participação relativa no período, reforçando sua especialização nos grupos de indústrias tradicionais, ao mesmo tempo que reforça sua posição nos segmentos tecnológicos.

Dessa forma, parece emergir um novo padrão de divisão regional do trabalho, em que a elevada concentração no eixo Rio-São Paulo, predominante até 1970, apresenta sinais de desconcentração:

Ao lado da significativa decadência do Rio de Janeiro e da perda de participação de São Paulo, diferenciada setorialmente, começa a emergir um padrão de especialização regional: São Paulo, vinculado à indústria tecnológica, a Região Leste à indústria intermediária e a Sul à tradicional. (TORRES, 1992, p.25)

Nos anos 80, houve um fenômeno que PACHECO define como a dissociação das decisões de inversão pública e privada. O investimento transforma-se em ato isolado, sem conexão com o desempenho global da economia e orientando-se, algumas vezes, pela possibilidade de inserção localizada no comércio internacional, onde quer que as condições de competitividade se revelassem. Esse esforço exportador, que em alguns poucos setores esteve baseado em condições efetivas de competitividade, na maioria das vezes, entretanto, estava calcado no processamento de recursos naturais. Alguns desses setores faziam parte do rol de investimentos do Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Independentemente disso, o desempenho exportador permitiu que efeitos depressivos da crise dos anos 80 fossem atenuados. Isso, porém, não representou “uma opção macroeconômica sustentável para um novo padrão de articulação da indústria, inclusive pelas dimensões continentais do país e, sobretudo, em razão do grau de internacionalização de nossa economia e do papel que o capital estrangeiro desempenhou aqui nessa década.” (PACHECO, 1996, p.118).

Durante quinze anos, houve continuidade da desconcentração econômica iniciada na década anterior, ainda que com menor intensidade, e a Região Metropolitana de São Paulo e o Estado do Rio de Janeiro foram os que mais perderam peso na indústria. Nas regiões brasileiras, essa trajetória mostrou crescente heterogeneidade em seu desenvolvimento interno, surgindo em quase todas regiões as “ilhas” de produtividade, o crescimento relativo das “antigas periferias” nacionais e uma importância maior do conjunto das cidades médias (PACHECO, 1996, p.123). Desse ponto de vista, o ajuste exportador identificou ilhas de produtividade e competitividade regionais sem nenhuma orientação macro-econômica mais ampla, visando à expansão industrial auto-sustentada, porque essas ilhas foram definidas a partir de

possibilidades oferecidas no mercado internacional, o que tem levado à fragmentação do mercado.

Recentemente, a CNI e a CEPAL, com o intuito de melhor compreender o processo de investimento industrial no Brasil, realizaram uma pesquisa junto aos dirigentes de 730 empresas industriais brasileiras. A pesquisa *Determinantes das Decisões de Investir na Indústria Brasileira - 1995/99: Características e Determinantes* apresenta resultados que permitem traçar um panorama “da atual fase de retomada dos investimentos industriais no Brasil” (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 1997, p.3), caracterizando a fase pela qual está passando o processo de investimento em capital fixo na indústria brasileira.

Das 730 empresas da amostra, mais de 55% afirmaram possuir investimentos de valor superior a um milhão de dólares, revelando estarem investindo ou possuindo planos e oportunidades identificadas de investimento, no período 1995-99, no valor total de 26,3 bilhões de dólares. São cerca de 3.500 projetos, com o valor médio de 7,2 milhões de dólares. O valor dos investimentos por empresa para o período pesquisado alcança, em média, cerca de 36 milhões de dólares.

Os projetos concluídos, com valor total de 3,6 bilhões de dólares, e os que se encontram na fase de execução ou absorção de equipamentos, em torno de 8,2 bilhões de dólares, somam 11,8 bilhões de dólares, representando 45% do total dos investimentos da amostra para o período 1995-99. Constataram-se, ainda, projetos com garantia de ter sua execução iniciada no período 1997-99, no valor de 4,6 bilhões de dólares, e outros 4,3 bilhões em projetos cuja análise e/ou busca de viabilidade financeira estão em curso. São 8,9 bilhões, ou cerca de um terço do montante de 26,3 bilhões, que constituem projetos com elevada possibilidade de complementação no período em questão. Finalmente, os projetos que aguardam maiores definições na economia brasileira para sua execução, ou que estão em fase de estudo preliminar, somam 2 bilhões e 3,6 bilhões, respectivamente, totalizando 5,6 bilhões (CONFEDERAÇÃO..., 1997, p.11).

A distribuição dos investimentos previstos segundo os gêneros com pelo menos 1 bilhão de dólares de investimento programado mostra que os grupos de bens intermediários (metalúrgica, química e papel e papelão) somam mais de 13 bilhões, as indústrias tradicionais (produtos alimentares e têxtil) somam 2,6 bilhões, e as tecnológicas (material de transporte e produtos farmacêuticos e veterinários), 3,8 bilhões:

Cerca de 20% das empresas com investimentos previstos acima de um milhão de dólares declararam que estão contemplando a implantação de plantas produtivas em unidades da federação onde não operavam antes. Entre as razões invocadas para a instalação de plantas em outras unidades da Federação, destacam-se, primeiramente benefícios fiscais e proximidade do mercado, com 57,3% das respostas cada uma, seguidas de mão-de-obra (41,5% das respostas) e vantagens locacionais específicas (39%).

No que se refere à necessidade de grandes centros de pesquisa para a sustentação do crescimento e modernização da economia, adotou-se como indicador os dispêndios com bolsas de estudo no País e no exterior. Todas as regiões brasileiras apresentam juntas um dispêndio, medido em dólares, com bolsas de estudo no País e no exterior menor que a metade do que é despendido na Região Sudeste. Essa relação melhora bastante quando se consideram os dispêndios com bolsas concedidas para o exterior, pois, nesse caso, confrontam-se com os 15 milhões de dólares despendidos na Região Sudeste, cerca de 11 milhões que correspondem aos dispêndios com as demais regiões (tabela 3). Deve-se registrar que nas bolsas concedidas no País, há uma grande quantia destinada à iniciação científica, enquanto as concedidas para o exterior concentram-se nas atividades de pesquisa básica.

Analisando a situação de cada um dos estados das regiões Sul e Sudeste, constata-se que os dispêndios com bolsas no País concentram-se no Rio de Janeiro e particularmente em São Paulo, enquanto os dispêndios nos demais estados não se aproximam da metade daquele. A situação também melhora em benefício dos demais estados quando se comparam os dispêndios de 12,4 milhões de dólares no eixo Rio-São Paulo com os 7,8 milhões nos demais estados (tabela 4).

TABELA 3 - DISPÊNDIOS COM BOLSAS DE ESTUDO NO PAÍS E NO EXTERIOR, SEGUNDO REGIÕES - 1995

REGIÃO	DISPÊNDIO COM BOLSAS (US\$)		
	País	Exterior	TOTAL
Norte	7 016,6	582,1	7 598,7
Nordeste	43 232,7	3 607,9	46 840,6
Sudeste	310 270,4	14 661,1	324 931,5
Sul	65 388,1	5 714,5	71 102,6
Centro-Oeste	24 414,3	1 943,6	26 357,9
TOTAL	450 322,1	26 509,2	476 831,3

FONTE: MCT, CNPq - 1995

NOTA: Extraído de CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO.

O fomento do CNPq nos estados e instituições de pesquisa: 1995. Brasília: CNPq, 1996.

TABELA 4 - DISPÊNDIOS COM BOLSAS DE ESTUDO NO PAÍS E NO EXTERIOR, SEGUNDO ALGUNS ESTADOS DAS REGIÕES SUL E SUDESTE - 1995

ESTADO	DISPÊNDIO COM BOLSAS (US\$)		
	País	Exterior	TOTAL
Minas Gerais	37 625,0	2 135,8	39 760,8
Rio de Janeiro	89 389,3	4 883,0	94 272,3
São Paulo	181 817,3	7 459,2	189 276,5
Paraná	13 055,6	1 285,0	14 340,6
Santa Catarina	16 107,2	1 474,3	17 581,5
Rio Grande do Sul	36 225,3	2 955,2	39 180,5
TOTAL	374 219,7	20 192,5	394 412,2

FONTE: MCT, CNPq - 1995

NOTA: Extraído de CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO.

O fomento do CNPq nos estados e instituições de pesquisa: 1995. Brasília: CNPq, 1996.

Grupos Econômicos

No que se refere aos grupos econômicos,¹¹ da lista dos 300 maiores grupos nacionais (BALANÇO ANUAL 96/97, 1996), foi verificado o Estado em que se localiza a sede dos cem maiores, constatando que 83 deles estão sediados nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, entre os quais 46 têm sede em São Paulo. O Estado do Paraná, aparece com apenas um grupo econômico entre os cem maiores, enquanto Santa Catarina é sede de cinco desses grupos. Quanto aos grupos estatais da relação dos 20 maiores, quase a metade tem sede no Distrito Federal ou no Rio de Janeiro. Com relação aos 40 maiores grupos econômicos estrangeiros listados, 29 têm sede em São Paulo, seguidos de longe pelo Rio de Janeiro e Minas Gerais. Três estados são sede de um grupo estrangeiro cada um, sendo que o Paraná não aparece nessa relação (tabela 5).

¹¹ A revista *BALANÇO ANUAL*, da *Gazeta Mercantil*, publica anualmente o ranking dos grupos econômicos e das empresas, que é organizado com base no patrimônio líquido apurado no balanço anterior à data da publicação da revista. Nesse ranking, entram as *Sociedades Anônimas*, obrigadas legalmente a divulgar seus resultados, e as *Sociedades Limitadas*, que submetem seus balanços à análise da revista.

TABELA 5 - GRUPOS ECONÔMICOS NACIONAIS, ESTRANGEIROS E ESTATAIS, SEGUNDO OS ESTADOS - 1995

ESTADO	GRUPOS ECONÔMICOS			TOTAL
	Nacionais ⁽¹⁾	Estrangeiros	Estatais	
São Paulo	46	29	1	76
Rio de Janeiro	18	5	4	27
Minas Gerais	9	3	3	15
Rio Grande do Sul	9	1	2	12
Santa Catarina	5	1	1	7
Bahia	4	-	1	5
Paraná	1	-	1	2
Ceará	3	-	-	3
Distrito Federal	1	-	5	6
Espirito Santo	-	1	1	2
Goiás	-	1	-	1
TOTAL	96	41	19	156

FORTE: BALANÇO ANUAL 96/97. São Paulo: Gazeta Mercantil, 1996.

(1) Os estados de Pernambuco, Amazonas, Rio Grande do Norte e Alagoas contam com 1 grupo cada um.

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Os procedimentos referentes ao aspecto demográfico do sistema metropolitano limitam-se a demonstrar que as metrópoles desse sistema devem apresentar comportamento semelhante entre si, no sentido da distribuição espacial da população, como foi observado quando se discutiu o conceito de periferação. Para verificar isso, recorreu-se às mesorregiões metropolitanas de cada um dos estados selecionados, conforme a divisão territorial adotada pelo IBGE para a divulgação do resultado do levantamento censitário de 1991. Dentro de cada mesorregião, foram selecionadas algumas microrregiões geográficas situadas nas imediações da cidade-pólo das áreas metropolitanas dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul. No caso do Rio de Janeiro e de São Paulo, foram incorporadas as microrregiões localizadas no Vale do Paraíba, que não pertencem às respectivas mesorregiões metropolitanas.

Com base nesse método, foram selecionados 23 municípios no Rio Grande do Sul, 20 no Paraná, 51 em São Paulo, 31 em Minas Gerais e 21 no Rio de Janeiro, somando 146 municípios (tabela 6).

A população urbana dessas regiões predomina claramente no conjunto da população urbana de seus respectivos estados, sendo que em São Paulo e Rio de Janeiro ela representa

mais da metade de sua população urbana. Nos demais estados, a população urbana dessas regiões representa no mínimo 30% da população estadual, como é o caso de Minas Gerais e Paraná, e passando dos 40% no Rio Grande do Sul.

TABELA 6 - NÚMERO DE MUNICÍPIOS SELECIONADOS NOS ESTADOS SEGUNDO AS MICRORREGIÕES - 1991

ESTADOS/MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS
Rio Grande do Sul	23
Montenegro	3
Gramado-Canela	2
Porto Alegre	18
Paraná	20
Lapa	1
Curitiba	14
Paranaguá	5
São Paulo	51
Osasco	8
Franco da Rocha	43
Guarulhos	3
Itapevicera da Serra	7
São Paulo	8
Mogi das Cruzes	8
Santos	5
São José dos Campos	8
Minas Gerais	31
Sete Lagoas	4
Pará de Minas	2
Belo Horizonte	18
Ouro Preto	5
Conselheiro Lafaiete	2
Rio de Janeiro	21
Rio de Janeiro	10
Serrana	2
Itaguaí	2
Vale do Paraíba	6
Barra do Piraí	1

FONTE: Censo Demográfico - IBGE

O peso da cidade-pólo na região é declinante em todos os estados, o que confirma a idéia de um espraiamento da população a partir do núcleo urbano da região, conforme estabelece a idéia de periferização (tabela 7).

TABELA 7 - PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA DA CIDADE-PÓLO NA REGIÃO E DA REGIÃO NO ESTADO - 1980/1996

ESTADO	CIDADE-PÓLO NA REGIÃO			REGIÃO NO ESTADO		
	1980	1991	1996	1980	1991	1996
Paraná	71,02	64,57	64,74	32,27	32,86	32,52
Rio Grande do Sul	50,70	42,35	40,37	41,87	42,11	41,01
São Paulo	60,53	54,71	51,75	62,05	58,69	57,13
Rio de Janeiro	55,01	51,55	51,43	89,25	87,15	84,29
Minas Gerais	63,61	54,85	51,79	31,03	31,14	30,72

FORNE DOS DADOS BRUTOS: Censo Demográfico 1980 e 1991 - IBGE; Contagem da População 1996 - IBGE

A característica declinante da participação da população urbana da região na maioria dos estados e da cidade-pólo na região manifesta-se em taxas anuais de crescimento normalmente menores nessas regiões em relação àquelas predominantes nos respectivos estados. Assim, no Paraná as taxas de crescimento da região superam, no período 1980-91, a do Estado, mas no quinquênio 1991-96 atingem 0,21 pontos percentuais abaixo da do Estado. As regiões do Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro apresentam, sistematicamente, taxas de crescimento menores que as do Estado. Em Minas Gerais, a região supera o crescimento do Estado apenas na década de 80. Assim, confirma-se o padrão de crescimento já constatado, que consiste na redução do ritmo de expansão das metrópoles e, particularmente, das cidades-pólo (tabela 8).

TABELA 8 - TAXAS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA DAS CIDADES-PÓLO, REGIÕES E ESTADOS - 1980/1996

ESTADO	CIDADE-PÓLO			REGIÃO			ESTADO		
	1980/91	1991/96	1980/96	1980/91	1991/96	1980/96	1980/91	1991/96	1980/96
Paraná	2,29	2,34	2,46	3,18	2,29	3,10	3,01	2,50	3,04
Rio Grande do Sul	1,03	0,12	0,79	2,70	1,08	2,34	2,64	1,62	2,48
São Paulo	1,11	-0,05	0,80	2,04	1,07	1,86	2,56	1,62	2,42
Rio de Janeiro	0,67	0,26	0,58	1,27	0,30	1,03	1,49	0,98	1,42
Minas Gerais	1,15	0,66	1,06	2,52	1,82	2,46	2,49	2,09	2,53

FORNE DOS DADOS BRUTOS: Censo Demográfico 1980 e 1991 - IBGE; Contagem da População 1996 - IBGE

CONCLUSÃO

A idéia de um sistema metropolitano, com as características discutidas neste artigo, permite associar à idéia da integração econômica um espaço urbano regional que apresenta, gradativamente, certos padrões de interação adequados às

exigências de uma integração existente, a despeito de certas teses sobre a segmentação do mercado que estariam em evidência no momento.

Nesse processo, a área metropolitana de Curitiba se integra cada vez mais, distanciando-se das concepções “isolacionistas” que vêem a cidade de Curitiba exclusivamente como a capital dos paranaenses. A cidade e sua região é isto e um pouco mais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 BALANÇO ANUAL 96/97 (1996). São Paulo : Gazeta Mercantil, v.20, n.20.
- 2 BEZERRA, Vera M. D'Ávila; CRUZ, Jana Maria; BAHIANA, Luís Cavalcanti da Cunha (1983). Periferização urbana no Brasil : um projeto de estudo nas áreas metropolitanas. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro : IBGE, v.45, n.1, p.51-92, jan./mar.
- 3 BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François (1993). **Dicionário crítico de sociologia**. São Paulo : Ática.
- 4 BRUYNE, Paul de et al. (1977). **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais** : os pólos da prática metodológica. Rio de Janeiro : F. Alves.
- 5 CASTELLS, M. (1979). **Problemas de investigação em sociologia urbana**. 2ª ed. Lisboa : Presença.
- 6 CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (1997). **Investimentos na indústria brasileira - 1995/1999** : características e determinantes. Rio de Janeiro : CNI; Brasília : CEPAL.
- 7 CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (1996). **O fomento do CNPq nos estados e instituições de pesquisa** : 1995. Brasília : CNPq.
- 8 FOLIN, Marino (1977). **La ciudad del capital y otros escritos**. México : Ed. G. Gili.
- 9 GALVÃO, Marília Velloso et al. (1969). Áreas de pesquisa para determinação de áreas metropolitanas. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro : IBGE, v.31, n.4, p.53-127, out./dez.

- 10 GATTO, Francisco (1991). Cambio tecnológico neofordista y reorganización productiva : primeras reflexiones sobre sus implicaciones territoriales. In: LLORENS, Francisco Albuquerque; MATTOS, Carlos A. de; FUCHS, Ricardo Jordan. **Revolución tecnológica y reestructuración productiva : impactos y desafíos territoriales**. Buenos Aires : ILPES. p.55-102.
- 11 GEIGER, Pedro P. (1995) A urbanização brasileira nos novos contextos contemporâneos. In: GONÇALVES, Maria Flora (Org.). **O novo Brasil urbano : impasses, dilemas, perspectivas**. Porto Alegre : Mercado Aberto. p.23-40.
- 12 HAUSER, Philip M. (1976). Urbanização : vista geral. In: HAUSER, Philip M; SCHNORE, Leo F. **Estudos de urbanização**. São Paulo : Pioneira. p.1-44.
- 13 LOJKINE, Jean (1981). **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo : M. Fontes.
- 14 MARTINS, Carlos Estevam (1996). Da globalização da economia à falência da democracia. **Economia e Sociedade**, Campinas : UNICAMP/IE, n.6, p.1-23, jun.
- 15 MICKLETHWAIT, John (1997a). O bilionário Vale das Delícias "high-tech". **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 3 abr.1997. p.A-16.
- 16 MICKLETHWAIT, John (1997b). Vale construiu êxito sobre fatores virtuais. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 4 a 6 abr.1997. p.A-16.
- 17 MICKLETHWAIT, John (1997c). Vale é um paraíso para empreendedores. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 7 abr.1997. p.A-20.
- 18 PACHECO, Carlos Américo (1996). Descentralização econômica e fragmentação da economia nacional. **Economia e Sociedade**, Campinas : UNICAMP/IE, n.6, p.113-140, jun.
- 19 PIQUET, Rosélia (1996). Descaminhos da moderna industrialização brasileira. In: PIQUET, Rosélia; RIBEIRO, Ana Clara Torres (Org.). **Brasil, território da desigualdade : descaminhos da modernização**. Rio de Janeiro : J. Zahar : Fundação Universitária José Bonifácio. p.33-43.
- 20 TAVARES, Hermes Magalhães (1991). Inovações tecnológicas e suas implicações territoriais. In: PIQUET, Rosélia; RIBEIRO, Ana Clara Torres (Org.). **Brasil, território da desigualdade : descaminhos da modernização**. Rio de Janeiro : J. Zahar : Fundação Universitária José Bonifácio. p.85-95.
- 21 TORRES, Haroldo (1992). **A emergência das indústrias "suja" e intensivas em recursos naturais no cenário industrial brasileiro**. Brasília : Instituto SPN. (Documento de trabalho, 9)